

## CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DA ATIVIDADE

<b>1. PANORAMA GERAL</b>	<b>35</b>
<hr/>	
<b>1.1 CONCEITO BÁSICO E NOMENCLATURA</b>	<b>35</b>
1.1.1 Conceito	35
1.1.2 Nomenclatura	35
1.1.3 Diferença entre as atividades notarial e registral	35
<b>1.2 ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL COMO CIÊNCIA</b>	<b>36</b>
1.2.1 Autonomia científica da atividade notarial e registral	36
1.2.2 Atividade notarial e registral como técnica	36
1.2.3 Direito público e direito privado	37
1.2.4 Novos rumos da atividade notarial e registral	37
<b>1.3 NATUREZA E FUNÇÃO DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL</b>	<b>39</b>
<b>1.4 ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL NO BRASIL</b>	<b>40</b>
1.4.1 Delegação da Função	40
1.4.2 Classificação	41
1.4.3 Características	42
1.4.4 Outorga da Pessoa Física	42
1.4.5 Incompatibilidade	43
1.4.6 Impedimentos	44
1.4.7 Acumulação de Serventias	45
<b>1.5 O REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL NOS T</b>	<b>45</b>
1.5.1 Legislação e Normas	45
1.5.2 Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça	46
1.5.3 Conselho Nacional de Justiça	46
1.5.4 Hierarquia de Leis	47
1.5.5 Decisões judiciais	47
<b>1.6 A REGULAÇÃO DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL</b>	<b>49</b>
1.6.1 Fiscalização	49
<b>1.7 DOS EMOLUMENTOS</b>	<b>50</b>
1.7.1 Introdução	50
1.7.2 Conceito	51
1.7.3 Natureza Jurídica	51
1.7.4 Bem Jurídico Tutelado	51
1.7.5 Princípios	51
1.7.6 Classificação dos Atos	52
1.7.7 Estrutura Jurídica	52

1.7.8	Espécies .....	52
1.7.9	Efeitos.....	52
1.7.10	Procedimentos.....	53
1.7.11	Selos.....	53
1.7.12	Papéis de segurança .....	54
<b>1.8</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>56</b>
<b>2.</b>	<b>LEI Nº 8.935/1994 .....</b>	<b>58</b>
<b>2.1</b>	<b>VISÃO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>58</b>
2.1.1	Texto do Artigo 236.....	58
2.1.2	Nomenclatura Utilizada .....	58
2.1.3	Natureza Jurídica da Atividade.....	58
2.1.4	Corolários Constitucionais.....	59
<b>2.2</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA NOTARIAL E REGISTRAL.....</b>	<b>59</b>
2.2.1	Jurisprudência do STF .....	59
2.2.2	Jurisprudência do STJ .....	62
2.2.3	Jurisprudência dos demais tribunais federais .....	62
2.2.4	Jurisprudência dos tribunais estaduais .....	62
<b>2.3</b>	<b>PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL .....</b>	<b>62</b>
2.3.1	Introdução .....	62
2.3.2	Princípio da Publicidade.....	63
2.3.3	Princípio da Autenticidade.....	64
2.3.4	Princípio da Segurança.....	64
2.3.5	Princípio da Eficácia .....	65
<b>2.4</b>	<b>NOTÁRIOS E REGISTRADORES .....</b>	<b>65</b>
2.4.1	Introdução .....	65
2.4.2	Tabelionatos .....	65
2.4.3	Ofícios de Registro .....	66
<b>2.5</b>	<b>INGRESSO NA ATIVIDADE .....</b>	<b>66</b>
2.5.1	Regime jurídico anterior a 1988.....	66
2.5.2	Espécies de Outorga .....	67
2.5.3	Exame Nacional dos Cartórios - ENAC.....	67
2.5.4	Concurso Público .....	68
2.5.5	Aprovação e Reprovação.....	69
2.5.6	Preenchimento das Vagas.....	69
2.5.7	Provimento da Serventia.....	70
<b>2.6</b>	<b>PREPOSTOS.....</b>	<b>71</b>
2.6.1	Introdução .....	71
2.6.2	Prepostos anteriores a 1994.....	72
2.6.3	Espécies .....	72

2.6.4	Titular da serventia .....	72
2.6.5	Interinidade .....	73
2.6.6	Intervenção .....	76
2.6.7	Escreventes .....	76
2.6.8	Auxiliares .....	76
2.6.9	Contratados.....	76
<b>2.7</b>	<b>EXTINÇÃO DA ATIVIDADE DE DELEGAÇÃO .....</b>	<b>77</b>
2.7.1	Introdução .....	77
2.7.2	Conceito .....	77
2.7.3	Natureza jurídica .....	77
2.7.4	Fases.....	77
2.7.5	Classificação.....	78
2.7.6	Efeitos.....	79
<b>2.8</b>	<b>SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>79</b>
2.8.1	Introdução .....	79
2.8.2	Regime jurídico anterior .....	79
2.8.3	Regime jurídico atual.....	79
<b>2.9</b>	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>80</b>
2.9.1	Liberdade Organizacional.....	80
2.9.2	Fácil Evocação.....	81
2.9.3	Unidade de Atendimento .....	81
2.9.4	Imprescindibilidade do Registro Civil.....	81
2.9.5	Acessibilidade .....	82
2.9.6	Inamovibilidade dos Assentos.....	82
<b>2.10</b>	<b>DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>2.11</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>84</b>
<b>3.</b>	<b>ÉTICA NOTARIAL E REGISTRAL .....</b>	<b>87</b>
<b>3.1</b>	<b>VISÃO GERAL.....</b>	<b>87</b>
3.1.1	Introdução .....	87
3.1.2	Princípios Gerais.....	87
3.1.3	Princípios Extrínsecos e Intrínsecos.....	87
3.1.4	Princípios Constitucionais.....	87
3.1.5	Princípios Contemporâneos .....	87
<b>3.2</b>	<b>DIREITOS E DEVERES .....</b>	<b>88</b>
3.2.1	Introdução .....	88
3.2.2	Direitos .....	88
3.2.3	Deveres .....	88
<b>3.3</b>	<b>REPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>90</b>

3.3.1	Introdução .....	90
3.3.2	Pressupostos.....	91
3.3.3	Espécies .....	91
3.3.4	Redação originária da Lei nº 8.935/94 .....	91
3.3.5	Redação da Lei 13.137/15.....	91
3.3.6	Redação da Lei nº 13.286/16 .....	92
<b>3.4</b>	<b>RESPONSABILIDADE DO ESTADO .....</b>	<b>92</b>
<b>3.5</b>	<b>RESPONSABILIDADE CRIMINAL.....</b>	<b>93</b>
<b>3.6</b>	<b>RESPONSABILIDADE TRABALHISTA.....</b>	<b>93</b>
3.6.1	Regime Aplicável.....	93
3.6.2	Empregador .....	93
3.6.3	Sucessão Trabalhista.....	94
<b>3.7</b>	<b>RESPONSABILIDADE FISCAL .....</b>	<b>94</b>
<b>3.8</b>	<b>FUNÇÃO CORRECIONAL DOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>95</b>
3.8.1	Introdução .....	95
3.8.2	Conceito .....	95
3.8.3	Natureza jurídica .....	95
3.8.4	Espécies de correição.....	96
3.8.5	Órgãos de Fiscalização.....	96
3.8.6	Efeitos.....	96
<b>3.9</b>	<b>INFRAÇÕES DISCIPLINARES .....</b>	<b>97</b>
3.9.1	Introdução .....	97
3.9.2	Condutas Repreendidas.....	98
<b>3.10</b>	<b>PENALIDADES .....</b>	<b>98</b>
3.10.1	Introdução .....	98
3.10.2	Conceito e natureza jurídica .....	99
3.10.3	Classificação.....	99
3.10.4	Repreensão.....	99
3.10.5	Multa .....	99
3.10.6	Suspensão .....	99
3.10.7	Perda da Delegação.....	100
3.10.8	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	100
<b>3.11</b>	<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....</b>	<b>102</b>
3.11.1	Introdução .....	102
3.11.2	Conceito .....	102
3.11.3	Natureza jurídica .....	102
3.11.4	Procedimento administrativo .....	102
3.11.5	Sentença.....	102
3.11.6	Prescrição.....	103
3.11.7	Reabilitação.....	103

<b>3.12 QUESTÕES</b> .....	<b>103</b>
<b>3.13 QUADRO SINÓTICO</b> .....	<b>110</b>

## **CAPÍTULO II – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>1. INSTITUIÇÃO NOTARIAL</b>	<b>116</b>
<b>1.1 CONCEITO</b> .....	<b>116</b>
<b>1.2 FÉ NOTARIAL</b> .....	<b>118</b>
<b>1.3 NATUREZA JURÍDICA</b> .....	<b>120</b>
<b>1.4 REGIME JURÍDICO</b> .....	<b>122</b>
<b>1.5 PRINCÍPIOS</b> .....	<b>125</b>
1.5.1 Princípio da autonomia privada .....	125
1.5.2 Princípio da juridicidade.....	126
1.5.3 Princípio da profilaxia .....	127
1.5.4 Princípio da imparcialidade.....	129
1.5.5 Princípio da instância.....	130
1.5.6 Princípio da publicidade .....	132
1.5.7 Princípio da unicidade (concentração).....	134
1.5.8 Princípio da imediação.....	135
<b>1.6 ESQUEMA DA ATUAÇÃO NOTARIAL</b> .....	<b>136</b>
1.6.1 Anamnese notarial.....	136
1.6.2 Entrevista com as partes.....	137
1.6.3 Averiguação documental.....	137
1.6.4 Qualificação do negócio jurídico .....	138
1.6.5 Redação notarial.....	139
1.6.6 Registro do documento notarial .....	139
<b>1.7 QUESTÕES</b> .....	<b>140</b>
<b>1.8 QUADRO SINÓTICO</b> .....	<b>143</b>
<b>2. PRÁTICA NOTARIAL</b>	<b>146</b>
<b>2.1 ATO NOTARIAL</b> .....	<b>146</b>
2.1.1 Conceito.....	146
2.1.2 Natureza jurídica .....	146
2.1.3 Elementos fundamentais .....	147
2.1.4 Espécies .....	154
<b>2.2 ESCRITURA PÚBLICA</b> .....	<b>157</b>
2.2.1 Conceito.....	157
2.2.2 Natureza Jurídica.....	157

2.2.3	Pressupostos genéricos .....	158
2.2.4	Pressupostos específicos.....	166
2.2.5	Atos que exigem escritura pública .....	170
2.2.6	O art. 108 do CC/2002.....	170
2.2.7	Estrutura da escritura pública .....	176
<b>2.3</b>	<b>LIVROS.....</b>	<b>189</b>
<b>2.4</b>	<b>ARQUIVOS .....</b>	<b>192</b>
<b>2.5</b>	<b>EMOLUMENTOS.....</b>	<b>194</b>
2.5.1	Escrituras com valor declarado.....	194
2.5.2	Escrituras sem valor declarado.....	196
<b>2.6</b>	<b>TRASLADOS E CERTIDÕES .....</b>	<b>196</b>
2.6.1	Traslados.....	196
2.6.2	Certidões.....	198
<b>2.7</b>	<b>E-NOTARIADO.....</b>	<b>200</b>
2.7.1	Introdução .....	200
2.7.2	Sistema de Atos Notariais Eletrônicos (e-Notariado).....	200
2.7.3	Atos notariais eletrônicos .....	205
2.7.4	Matrícula Notarial Eletrônica – MNE .....	211
<b>2.8</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>212</b>
<b>2.9</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>215</b>
<b>3.</b>	<b>ESCRITURAS TRANSLATIVAS .....</b>	<b>219</b>
<b>3.1</b>	<b>CONTRATOS TRANSLATIVOS.....</b>	<b>219</b>
<b>3.2</b>	<b>COMPRA E VENDA.....</b>	<b>220</b>
3.2.1	Conceito .....	220
3.2.2	Elementos constitutivos .....	220
<b>3.3</b>	<b>PACTOS ADJETOS À COMPRA E VENDA .....</b>	<b>233</b>
3.3.1	Retrovenda .....	233
3.3.2	Preempção.....	234
3.3.3	Compra e venda bipartida .....	235
<b>3.4</b>	<b>TROCA OU PERMUTA.....</b>	<b>236</b>
<b>3.5</b>	<b>DOAÇÃO .....</b>	<b>236</b>
3.5.1	Conceito .....	236
3.5.2	Natureza jurídica .....	236
3.5.3	Características.....	237
3.5.4	Estrutura jurídica .....	239
3.5.5	Espécies .....	243

3.5.6	Revogação.....	248
<b>3.6</b>	<b>COMPROMISSO IRRETRATÁVEL DE COMPRA E VENDA .....</b>	<b>250</b>
3.6.1	Conceito.....	250
3.6.2	Natureza jurídica.....	250
3.6.3	Requisitos essenciais.....	251
<b>3.7</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>252</b>
<b>3.8</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>259</b>
<b>4.</b>	<b>PROCURAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>264</b>
<b>4.1</b>	<b>PROCURAÇÃO .....</b>	<b>264</b>
4.1.1	Conceito.....	264
4.1.2	Natureza Jurídica.....	265
4.1.3	Espécies.....	265
4.1.4	Relação com o Mandato.....	266
4.1.5	Recepticidade.....	266
4.1.6	Especificidades.....	267
4.1.7	Efeitos.....	268
4.1.8	Procuração em causa própria.....	269
4.1.9	Substabelecimento.....	272
4.1.10	Extinção.....	274
<b>4.2</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>277</b>
<b>4.3</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>281</b>
<b>5.</b>	<b>ATAS NOTARIAIS .....</b>	<b>286</b>
<b>5.1</b>	<b>CONCEITO .....</b>	<b>286</b>
<b>5.2</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA.....</b>	<b>286</b>
<b>5.3</b>	<b>OBJETO.....</b>	<b>288</b>
<b>5.4</b>	<b>FORMA .....</b>	<b>290</b>
<b>5.5</b>	<b>COMPETÊNCIA.....</b>	<b>291</b>
5.5.1	Atribuição territorial.....	291
5.5.2	Impedimento legal do tabelião.....	292
5.5.3	Impedimentos disciplinares.....	292
<b>5.6</b>	<b>LAVRATURA .....</b>	<b>293</b>
5.6.1	Unicidade do ato.....	293
5.6.2	Matérias.....	293
5.6.3	Juízo de valor.....	293
5.6.4	Horário dos fatos percebidos pelo tabelião.....	294

<b>5.7 REQUISITOS.....</b>	<b>294</b>
5.7.1 Introdução .....	294
5.7.2 Requerimento.....	295
5.7.3 Capacidade do requerente.....	296
5.7.4 Qualificação dos envolvidos.....	296
5.7.5 Data e local da lavratura e do fato.....	296
5.7.6 Narrativa dos fatos.....	298
5.7.7 Idioma nacional.....	298
5.7.8 Declaração de leitura do instrumento ao solicitante e testemunhas.....	298
5.7.9 Assinatura do tabelião e das partes.....	299
<b>5.8 ATA PARA FINS DE USUCAPIÃO .....</b>	<b>299</b>
<b>5.9 ATA PARA FINS DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA.....</b>	<b>300</b>
<b>5.10 ATA NOTARIAL DE ARREMATAÇÃO .....</b>	<b>302</b>
<b>5.11 ATA NOTARIAL DO ART. 7º-A, §2º DA LEI Nº 8.935/1994.....</b>	<b>304</b>
<b>5.12 QUESTÕES .....</b>	<b>305</b>
<b>5.13 QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>308</b>
<b>6. TESTAMENTOS .....</b>	<b>312</b>
<b>6.1 TESTAMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>312</b>
6.1.1 Conceito .....	312
6.1.2 Requisitos.....	313
6.1.3 Traslado.....	317
6.1.4 Emolumentos .....	317
<b>6.2 TESTAMENTO CERRADO .....</b>	<b>318</b>
6.2.1 Conceito .....	318
6.2.2 Características.....	318
6.2.3 Requisitos.....	318
6.2.4 Auto de aprovação.....	321
<b>6.3 QUESTÕES .....</b>	<b>323</b>
<b>6.4 QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>326</b>
<b>7. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO, INVENTÁRIO E PARTILHA .....</b>	<b>330</b>
<b>7.1 SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO.....</b>	<b>330</b>
7.1.1 Introdução .....	330
7.1.2 Pressupostos.....	332
7.1.3 Requisitos intrínsecos .....	337
7.1.4 Requisitos extrínsecos.....	340
7.1.5 Requisitos formais .....	341

7.1.6	Especificidades da escritura de divórcio consensual .....	342
7.1.7	Escritura de restabelecimento da sociedade conjugal .....	342
7.1.8	Gratuidade.....	344
7.1.9	Separação de Fato .....	344
7.1.10	Divórcio unilateral/impositivo extrajudicial .....	346
<b>7.2</b>	<b>INVENTÁRIO E PARTILHA .....</b>	<b>347</b>
7.2.1	Conceito.....	347
7.2.2	Regime jurídico .....	347
7.2.3	Natureza jurídica.....	348
7.2.4	Competência notarial.....	349
7.2.5	Pressupostos .....	350
7.2.6	Partes.....	353
7.2.7	Requisitos intrínsecos.....	356
7.2.8	Localização dos bens.....	359
7.2.9	Aspectos tributários.....	360
7.2.10	Requisitos formais .....	363
7.2.11	Especificidades.....	364
7.2.12	Prazos .....	366
<b>7.3</b>	<b>CENTRAL DE ESCRITURAS DE SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO E INVENTÁRIOS – CESDI</b>	<b>367</b>
<b>7.4</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>368</b>
<b>7.5</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>371</b>
<b>8.</b>	<b>OUTRAS ESCRITURAS PÚBLICAS .....</b>	<b>376</b>
<b>8.1</b>	<b>EMANCIPAÇÃO .....</b>	<b>376</b>
<b>8.2</b>	<b>PACTO ANTENUPCIAL.....</b>	<b>377</b>
<b>8.3</b>	<b>BEM DE FAMÍLIA VOLUNTÁRIO.....</b>	<b>378</b>
8.3.1	Considerações conceituais preliminares .....	378
8.3.2	O conceito de entidade familiar e pessoas legitimadas .....	379
8.3.3	Instrumento de constituição .....	381
8.3.4	Objeto (imóveis e valores).....	381
8.3.5	Decreto-lei 3.200/1941 e o requisito da moradia mínima de dois anos .....	382
8.3.6	Inalienabilidade e impenhorabilidade .....	382
8.3.7	Prazo do bem de família.....	384
<b>8.4</b>	<b>TESTAMENTO VITAL.....</b>	<b>385</b>
<b>8.5</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>387</b>
<b>8.6</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>390</b>
<b>9.</b>	<b>ATOS EXTRAPROTOCOLARES .....</b>	<b>394</b>

<b>9.1</b>	<b>RECONHECIMENTO DE FIRMA.....</b>	<b>394</b>
9.1.1	Conceito .....	394
9.1.2	Natureza jurídica .....	394
9.1.3	Espécies .....	395
9.1.4	Regime Jurídico .....	397
9.1.5	Acessibilidade .....	398
9.1.6	Cartão de assinatura ou ficha-padrão.....	398
9.1.7	Emolumentos .....	400
9.1.8	Decisões .....	400
9.1.9	Chancela mecânica .....	401
<b>9.2</b>	<b>AUTENTICAÇÕES.....</b>	<b>402</b>
9.2.1	Conceito .....	402
9.2.2	Natureza Jurídica .....	402
9.2.3	Efeitos.....	403
9.2.4	Formalização .....	403
9.2.5	Requisitos.....	403
9.2.6	Documentos eletrônicos.....	405
9.2.7	Emolumentos .....	407
<b>9.3</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>408</b>
<b>9.4</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>414</b>
<b>9.5</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>416</b>

## CAPÍTULO III – TABELIONATO DE PROTESTO

<b>1.</b>	<b>PROTESTO: NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>422</b>
<b>1.1</b>	<b>CONCEITO.....</b>	<b>422</b>
<b>1.2</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA.....</b>	<b>422</b>
<b>1.3</b>	<b>CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>423</b>
<b>1.4</b>	<b>REGIME JURÍDICO .....</b>	<b>423</b>
<b>1.5</b>	<b>PRESSUPOSTOS .....</b>	<b>424</b>
<b>1.6</b>	<b>EFEITOS.....</b>	<b>425</b>
<b>1.7</b>	<b>ESPÉCIES.....</b>	<b>426</b>
1.7.1	Quanto à função.....	426
1.7.2	Quanto ao tipo.....	427
1.7.3	Quanto ao motivo .....	428
<b>1.8</b>	<b>PRINCÍPIOS .....</b>	<b>430</b>
1.8.1	Princípios normativos .....	430
1.8.2	Princípios doutrinários .....	432

1.8.3 Demais princípios.....	434
<b>1.9 QUESTÕES.....</b>	<b>435</b>
<b>1.10 QUADRO SINÓTICO.....</b>	<b>439</b>
<b>2. ESTRUTURA DO TABELIONATO DE PROTESTO.....</b>	<b>444</b>
<b>2.1 COMPETÊNCIA.....</b>	<b>444</b>
<b>2.2 LIVROS E ARQUIVOS.....</b>	<b>446</b>
2.2.1 Livro de Protocolo.....	446
2.2.2 Livro de Registro de Protestos.....	447
2.2.3 Índices.....	448
2.2.4 Arquivos.....	449
<b>2.3 CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>449</b>
<b>2.4 ORDEM DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>452</b>
<b>2.5 DISTRIBUIÇÃO.....</b>	<b>452</b>
<b>2.6 EMOLUMENTOS.....</b>	<b>454</b>
2.6.1 Previsão legal.....	454
2.6.2 Depósito prévio.....	454
2.6.3 Cotação dos atos praticados.....	455
2.6.4 Digitalização e gravação eletrônica.....	455
2.6.5 Isenções e gratuidade.....	455
2.6.6 Microempresário e empresa de pequeno porte.....	456
<b>2.7 QUESTÕES.....</b>	<b>456</b>
<b>2.8 QUADRO SINÓTICO.....</b>	<b>459</b>
<b>3. PROCEDIMENTO.....</b>	<b>463</b>
<b>3.1 APRESENTAÇÃO E PROTOCOLIZAÇÃO.....</b>	<b>463</b>
3.1.1 Apresentante.....	463
3.1.2 Forma de apresentação.....	463
3.1.3 Protocolização.....	466
3.1.4 Recibo ou formalização da apresentação.....	467
3.1.5 Responsabilidade pelas informações fornecidas.....	467
<b>3.2 QUALIFICAÇÃO.....</b>	<b>468</b>
3.2.1 Noções gerais.....	468
3.2.2 Títulos em moeda estrangeira.....	470
3.2.3 Títulos sujeitos à correção.....	472
3.2.4 Títulos de crédito eletrônicos.....	473
<b>3.3 PROTESTO PARA FINS FALIMENTARES.....</b>	<b>474</b>

<b>3.4</b>	<b>CHEQUES.....</b>	<b>474</b>
<b>3.5</b>	<b>PRAZO.....</b>	<b>477</b>
<b>3.6</b>	<b>INTIMAÇÃO DO DEVEDOR .....</b>	<b>478</b>
3.6.1	Noções gerais.....	478
3.6.2	Intimação convencional.....	478
3.6.3	Intimação por edital .....	482
3.6.4	Intimação no protesto especial para fins de falência.....	483
<b>3.7</b>	<b>DESISTÊNCIA.....</b>	<b>484</b>
3.7.1	Admissibilidade.....	484
3.7.2	Requerente .....	485
3.7.3	Forma.....	485
3.7.4	Efeitos.....	485
<b>3.8</b>	<b>SUSTAÇÃO DO PROTESTO.....</b>	<b>485</b>
3.8.1	Conceito .....	485
3.8.2	Efeitos.....	486
3.8.3	Prazo .....	486
3.8.4	Procedimento.....	486
<b>3.9</b>	<b>CONTRAPROTESTO EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>487</b>
<b>3.10</b>	<b>PAGAMENTO.....</b>	<b>488</b>
<b>3.11</b>	<b>QUITAÇÃO DADA PELO TABELIÃO.....</b>	<b>490</b>
<b>3.12</b>	<b>INCENTIVO À QUITAÇÃO OU RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PROTESTADAS... 490</b>	
3.12.1	O Provimento CNJ nº 72/2018 .....	490
3.12.2	O CNN e Provimento CNJ nº168/2024.....	491
3.12.3	Disposições gerais .....	492
3.12.4	Procedimento de incentivo à quitação e renegociação de dívidas.....	492
3.12.5	Lei 14.711/2023 .....	494
<b>3.13</b>	<b>REGISTRO DO PROTESTO .....</b>	<b>495</b>
<b>3.14</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>498</b>
<b>3.15</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>503</b>
<b>4.</b>	<b>OUTROS ATOS DO TABELIÃO DE PROTESTO</b>	<b>510</b>
<b>4.1</b>	<b>RETIFICAÇÕES .....</b>	<b>510</b>
4.1.1	Noções gerais.....	510
4.1.2	Retificação de Erro material.....	510
4.1.3	Retificação de Erro substancial .....	511
<b>4.2</b>	<b>CANCELAMENTO .....</b>	<b>511</b>
4.2.1	Conceito .....	511

4.2.2	Cancelamento administrativo.....	512
4.2.3	Cancelamento judicial .....	514
4.2.4	Formalização do cancelamento.....	515
<b>4.3</b>	<b>CERTIDÕES E INFORMAÇÕES.....</b>	<b>516</b>
4.3.1	A publicidade no Tabelionato de Protesto .....	516
4.3.2	Alcance e limites da publicidade.....	516
4.3.3	Expedição de certidões .....	517
4.3.4	Homonímia e Certidão negativa.....	518
4.3.5	Certidão diária em forma de relação .....	519
4.3.6	Informações e cópias .....	519
4.3.7	Serviço centralizado para prestação de informações e fornecimento de certidões 520	
<b>4.4</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>521</b>
<b>4.5</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>524</b>
<b>4.6</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>525</b>

## **CAPÍTULO IV – REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

<b>1.</b>	<b>TEORIA GERAL DO REGISTRO CIVIL</b>	<b>531</b>
<b>1.1</b>	<b>VISÃO GERAL.....</b>	<b>531</b>
1.1.1	Conceito.....	531
1.1.2	Características .....	533
<b>1.2</b>	<b>PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.....</b>	<b>533</b>
1.2.1	Expediente ao Público .....	533
1.2.2	Atemporalidade .....	534
1.2.3	Ininterruptividade .....	534
1.2.4	Horário.....	535
1.2.5	Prazos .....	536
1.2.6	Plantão .....	538
1.2.7	Gratuidade plena .....	539
1.2.8	Gratuidade controlada .....	540
1.2.9	Compensação pelos atos gratuitos .....	541
1.2.10	Localização .....	544
1.2.11	Convênios .....	545
1.2.12	Informatização.....	548
<b>1.3</b>	<b>ESTRUTURA.....</b>	<b>548</b>
1.3.1	Sujeitos do Registro Civil .....	549
1.3.2	Objeto do Registro Civil .....	551
1.3.3	Forma da prática dos atos .....	554
<b>1.4</b>	<b>PRINCÍPIOS.....</b>	<b>558</b>

1.4.1	Princípio da Dignidade da pessoa humana .....	558
1.4.2	Princípio da Legalidade.....	559
1.4.3	Princípio da Independência do Registrador .....	560
1.4.4	Princípio da Instância (Rogação).....	560
1.4.5	Princípio da Veracidade ou Fé .....	561
1.4.6	Princípio da Territorialidade.....	561
1.4.7	Princípio da Conservação.....	562
1.4.8	Princípio da Continuidade .....	562
1.4.9	Princípio da Especialidade .....	563
1.4.10	Princípio da Autenticidade.....	563
1.4.11	Princípio da publicidade.....	563
<b>1.5</b>	<b>CENTRAL ELETRÔNICA .....</b>	<b>564</b>
1.5.1	Conceito .....	564
1.5.2	Regime Jurídico .....	565
1.5.3	Integrantes .....	566
1.5.4	Atos praticados.....	567
1.5.5	Operabilidade.....	568
1.5.6	Consultentes.....	569
1.5.7	Certidões.....	569
<b>1.6</b>	<b>ESCRITURAÇÃO .....</b>	<b>571</b>
1.6.1	Livros .....	571
1.6.2	Aspectos técnicos.....	572
1.6.3	Abertura e encerramento dos livros .....	573
1.6.4	Índice.....	574
1.6.5	Estrutura .....	575
1.6.6	Formalizações .....	576
1.6.7	Classificadores .....	578
<b>1.7</b>	<b>PROCEDIMENTO.....</b>	<b>580</b>
1.7.1	Protocolo .....	580
1.7.2	Qualificação registral .....	580
1.7.3	Dúvida registral civil.....	581
<b>1.8</b>	<b>CERTIDÕES.....</b>	<b>582</b>
1.8.1	Conceito .....	582
1.8.2	Requisitos.....	582
1.8.3	Espécies .....	584
1.8.4	Requerimento.....	585
1.8.5	Forma.....	586
1.8.6	Prioridade .....	588
1.8.7	Proteção de dados pessoais .....	588
1.8.8	Papel de segurança .....	593
<b>1.9</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>594</b>
<b>1.10</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>597</b>

<b>2. REGISTRO DE NASCIMENTO</b>	<b>605</b>
<b>2.1 VISÃO GERAL</b>	<b>605</b>
2.1.1 Conceito	605
2.1.2 Natureza jurídica	605
2.1.3 Características	606
<b>2.2 COMPETÊNCIA</b>	<b>611</b>
2.2.1 Regra Geral	611
2.2.2 Nascimentos ocorridos a bordo de embarcação	612
2.2.3 Registro fora do prazo	613
2.2.4 Nascimento seguido de morte	613
2.2.5 Nascimento ocorrido no Distrito Federal	613
2.2.6 Nascimento ocorrido no Exterior	614
2.2.7 Incompetência	614
<b>2.3 PRAZOS</b>	<b>615</b>
2.3.1 Prazo ordinário	615
2.3.2 Locais distantes	615
2.3.3 Prazo dos genitores	615
2.3.4 Nascimentos ocorridos a bordo	616
2.3.5 Registro fora do prazo	616
<b>2.4 PROCEDIMENTO</b>	<b>617</b>
2.4.1 Declaração de Nascido vivo (DNV)	617
2.4.2 Instância	619
2.4.3 Declarantes	620
2.4.4 Qualificação dos Documentos	628
2.4.5 Diligências do Oficial	630
2.4.6 Escolha do nome	630
<b>2.5 SITUAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>638</b>
2.5.1 Registro de nascimento fora do prazo	638
2.5.2 Assento do indígena	647
2.5.3 Adoção	650
<b>2.6 QUESTÕES</b>	<b>651</b>
<b>2.7 QUADRO SINÓTICO</b>	<b>656</b>
<b>3. CASAMENTO</b>	<b>664</b>
<b>3.1 HABILITAÇÃO</b>	<b>664</b>
3.1.1 Conceito	664
3.1.2 Competência	665
3.1.3 Requerimento	665

3.1.4	Documentos necessários .....	666
3.1.5	Protocolo e autuação.....	670
3.1.6	Qualificação registral .....	670
3.1.7	Proclamas e Editais.....	675
3.1.8	Vista ao Ministério Público.....	677
3.1.9	Certidão de habilitação .....	678
<b>3.2</b>	<b>CELEBRAÇÃO .....</b>	<b>679</b>
3.2.1	Requerimento.....	679
3.2.2	Designação de data e local .....	680
3.2.3	Cerimônia de casamento .....	681
<b>3.3</b>	<b>REGISTRO .....</b>	<b>682</b>
<b>3.4</b>	<b>INCIDENTES .....</b>	<b>683</b>
3.4.1	Oposição .....	683
3.4.2	Impedimentos .....	684
3.4.3	Causas Suspensivas.....	685
3.4.4	Dispensa dos Proclamas .....	687
3.4.5	Justificação.....	688
<b>3.5</b>	<b>SITUAÇÕES ESPECIAIS.....</b>	<b>689</b>
3.5.1	Casamento religioso .....	689
3.5.2	Casamento in extremis.....	690
3.5.3	Casamento comunitário.....	694
3.5.4	Conversão da união estável em Casamento .....	695
<b>3.6</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>701</b>
<b>3.7</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>704</b>
<b>4.</b>	<b>ÓBITO .....</b>	<b>709</b>
<b>4.1</b>	<b>REGISTRO.....</b>	<b>709</b>
4.1.1	Declaração de Óbito (DO).....	709
4.1.2	Prazo .....	710
4.1.3	Declarantes.....	711
4.1.4	Elementos do assento .....	714
4.1.5	Serviço de Verificação de Óbito (SVO).....	716
4.1.6	Emissão da certidão.....	718
<b>4.2</b>	<b>SERVIÇO FUNERÁRIO .....</b>	<b>719</b>
<b>4.3</b>	<b>SITUAÇÕES ESPECIAIS.....</b>	<b>720</b>
4.3.1	Utilização do cadáver para estudos e pesquisas .....	720
4.3.2	Cremação de cadáver .....	722
4.3.3	Óbitos a bordo de navios e aeronaves .....	724
4.3.4	Desaparecidos políticos.....	724

4.3.5	Óbitos sem atestado médico.....	724
4.3.6	Inumação e exumação de cadáver .....	725
4.3.7	Natimorto.....	726
4.3.8	Justificação de óbito .....	727
4.3.9	Morte presumida .....	729
<b>4.4</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>732</b>
<b>4.5</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>735</b>
<b>5.</b>	<b>LIVRO E.....</b>	<b>739</b>
<b>5.1</b>	<b>VISÃO GERAL.....</b>	<b>739</b>
5.1.1	Atos Registráveis.....	739
5.1.2	Atribuição .....	739
5.1.3	Características .....	740
<b>5.2</b>	<b>EMANCIPAÇÃO .....</b>	<b>743</b>
<b>5.3</b>	<b>UNIÃO ESTÁVEL .....</b>	<b>748</b>
5.3.1	Introdução .....	748
5.3.2	Registro da União Estável.....	748
5.3.3	Alteração de regime de bens na união estável.....	756
5.3.4	Conversão da União Estável em Casamento .....	757
5.3.5	Procedimento de certificação eletrônica de união estável.....	762
<b>5.4</b>	<b>INSTITUTOS PROTETIVOS.....</b>	<b>763</b>
5.4.1	Interdição.....	763
5.4.2	Tomada de decisão apoiada.....	766
5.4.3	Tutela.....	766
<b>5.5</b>	<b>OPÇÃO DE NACIONALIDADE.....</b>	<b>767</b>
<b>5.6</b>	<b>TRANSLADOS .....</b>	<b>768</b>
5.6.1	Disposições gerais.....	768
5.6.2	Traslado de nascimento .....	770
5.6.3	Traslado de casamento .....	776
5.6.4	Traslado de óbito.....	778
<b>5.7</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>779</b>
<b>5.8</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>783</b>
<b>6.</b>	<b>AVERBAÇÕES E ANOTAÇÕES.....</b>	<b>788</b>
<b>6.1</b>	<b>AVERBAÇÕES .....</b>	<b>788</b>
6.1.1	Conceito.....	788
6.1.2	Natureza jurídica.....	788

6.1.3	Princípios .....	789
6.1.4	Características.....	790
6.1.4.4	Completo .....	791
6.1.5	Averbação no Livro “A” .....	794
6.1.6	Averbações no livro “B” .....	817
6.1.7	Averbações no livro “C” .....	825
6.1.8	Averbações no livro “E” .....	825
6.1.9	Averbações nos Traslados .....	826
<b>6.2</b>	<b>RETIFICAÇÕES .....</b>	<b>827</b>
6.2.1	VISÃO GERAL.....	827
6.2.2	Retificação judicial .....	828
6.2.3	Retificação extrajudicial .....	830
<b>6.3</b>	<b>RESTAURAÇÕES.....</b>	<b>831</b>
<b>6.4</b>	<b>SUPRIMENTOS .....</b>	<b>832</b>
<b>6.5</b>	<b>CANCELAMENTO .....</b>	<b>832</b>
6.5.1	visão geral.....	832
6.5.2	Hipóteses.....	833
<b>6.6</b>	<b>ANOTAÇÕES.....</b>	<b>835</b>
6.6.1	Conceito .....	835
6.6.2	Natureza jurídica .....	836
6.6.3	Princípios .....	836
<b>6.7</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>838</b>
<b>6.8</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>843</b>
<b>6.9</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>846</b>

## **CAPÍTULO V – REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**

<b>1.</b>	<b>ESTRUTURA DA PESSOA JURÍDICA .....</b>	<b>852</b>
<b>1.1</b>	<b>CONCEITO.....</b>	<b>852</b>
<b>1.2</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA.....</b>	<b>852</b>
<b>1.3</b>	<b>PRESSUPOSTOS .....</b>	<b>854</b>
1.3.1	Pessoa Jurídica de Direito Privado.....	854
1.3.2	Pessoa jurídica de Direito público.....	856
<b>1.4</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO .....</b>	<b>857</b>
1.4.1	Quanto à órbita de atuação.....	857
1.4.2	Quanto à estrutura interna.....	858
<b>1.5</b>	<b>CONSTITUIÇÃO DA PJ DE DIREITO PRIVADO .....</b>	<b>862</b>

1.5.1	Vontade criadora .....	862
1.5.2	Ato constitutivo .....	862
1.5.3	Formalidade administrativa do registro .....	866
<b>1.6</b>	<b>CAPACIDADE E PRESENTAÇÃO .....</b>	<b>870</b>
<b>1.7</b>	<b>ENTES DESPERSONALIZADOS .....</b>	<b>872</b>
<b>1.8</b>	<b>PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO .....</b>	<b>875</b>
1.8.1	Associação .....	876
1.8.2	Sociedade .....	880
1.8.3	Fundações .....	884
1.8.4	Organizações religiosas .....	890
1.8.5	Partido Político .....	893
1.8.6	Sindicato e demais entidades sindicais .....	896
	899	
1.8.7	Igreja Católica .....	900
1.8.8	Empreendimento de Economia Solidária .....	901
<b>1.9</b>	<b>DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....</b>	<b>902</b>
1.9.1	Conceito .....	902
1.9.2	Hipóteses .....	902
1.9.3	Teoria maior e menor .....	903
1.9.4	Aspectos processuais .....	904
1.9.5	Desconsideração inversa .....	905
<b>1.10</b>	<b>EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA .....</b>	<b>905</b>
1.10.1	Conceito .....	905
1.10.2	Requisitos .....	905
1.10.3	Efeitos .....	907
<b>1.11</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>908</b>
<b>1.12</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>913</b>
<b>2.</b>	<b>JUNTAS COMERCIAIS .....</b>	<b>925</b>
<b>2.1</b>	<b>NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>925</b>
2.1.1	Conceito e atribuições .....	925
2.1.2	Natureza jurídica .....	926
2.1.3	Estrutura .....	928
<b>2.2</b>	<b>ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>929</b>
2.2.1	Matrícula .....	929
2.2.2	Arquivamento .....	932
<b>2.3</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>943</b>
<b>2.4</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>945</b>

<b>3. ESTRUTURA DO RCPJ</b>	<b>947</b>
<b>3.1 CONCEITO</b>	<b>947</b>
<b>3.2 ATRIBUIÇÕES</b>	<b>947</b>
3.2.1 Atos praticados	947
3.2.2 Inscrição	948
3.2.3 Matrícula	953
3.2.4 Averbações	954
3.2.5 Certidões	955
3.2.6 Registro e autenticação de livros	958
<b>3.3 REGIME JURÍDICO</b>	<b>959</b>
<b>3.4 LIVROS</b>	<b>960</b>
3.4.1 Introdução	960
3.4.2 Livro de Protocolo	962
3.4.3 Livro A	963
3.4.4 Livro B	963
<b>3.5 PROCEDIMENTO REGISTRAL</b>	<b>964</b>
3.5.1 Requerimento	964
3.5.2 Protocolo e autuação	964
3.5.3 Prazo e Competência registral	965
3.5.4 Qualificação registral	966
3.5.5 Nota devolutiva	968
3.5.6 Dúvida registral	968
3.5.7 Juízo positivo de qualificação	971
<b>3.6 REGRAS ESPECIAIS</b>	<b>972</b>
3.6.1 Registro de Associações	972
3.6.2 Registro de Entidades religiosas	978
3.6.3 Registro de Sociedades Simples	979
3.6.4 Registro da Sociedade unipessoal	985
3.6.5 Registro de Cooperativas	987
3.6.6 Registro de Fundação	989
3.6.7 Registro de Partidos Políticos e seus Diretórios	991
<b>3.7 MATRÍCULA</b>	<b>992</b>
<b>3.8 AUTENTICAÇÃO DE LIVROS</b>	<b>995</b>
<b>3.9 AVERBAÇÕES</b>	<b>1000</b>
<b>3.10 CANCELAMENTOS</b>	<b>1001</b>
3.10.1 Da Associação, da Organização Religiosa e do Partido Político	1001
3.10.2 Da Sociedade	1002
3.10.3 Da Fundação	1003

<b>3.11 QUESTÕES.....</b>	<b>1004</b>
<b>3.12 QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1010</b>
<b>3.13 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1017</b>

## **CAPÍTULO VI – REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**

<b>1. ESTRUTURA DO RTD .....</b>	<b>1021</b>
<b>1.1 CONCEITO .....</b>	<b>1021</b>
<b>1.2 OBJETO.....</b>	<b>1021</b>
<b>1.3 REGIME JURÍDICO.....</b>	<b>1022</b>
<b>1.4 PRINCÍPIOS.....</b>	<b>1023</b>
1.4.1 Princípio da Legalidade .....	1023
1.4.2 Princípio da Imediatidade .....	1024
1.4.3 Princípio da Integralidade.....	1024
1.4.4 Princípio do Exame Formal.....	1026
1.4.5 Princípio da Unidade de Tempo.....	1027
1.4.6 Princípio do Duplo Registro.....	1027
1.4.7 Princípio da Continuidade.....	1028
1.4.8 Princípio da Exatidão.....	1029
1.4.9 Princípio da Prioridade.....	1029
1.4.10 Princípio da Distribuição Facultativa .....	1030
1.4.11 Princípio da Subsidiariedade .....	1031
<b>1.5 ATRIBUIÇÕES.....</b>	<b>1032</b>
1.5.1 Disposições gerais.....	1032
1.5.2 Instrumentos particulares.....	1036
1.5.3 Penhor comum sobre coisas móveis.....	1038
1.5.4 Caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador .....	1040
1.5.5 Contrato de penhor de animais.....	1041
1.5.6 Contrato de parceria agrícola ou pecuária .....	1041
1.5.7 Mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência	1042
1.5.8 Registro facultativo .....	1042
1.5.9 Contratos de locação de prédios.....	1043
1.5.10 Documentos decorrentes de depósitos ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais.....	1044
1.5.11 Contratos de fiança .....	1046
1.5.12 Contratos de locação não atribuídos a outras serventias.....	1051
1.5.13 Contratos de compra e venda, em prestações, e promessas de venda referentes a bens móveis .....	1054
1.5.14 Alienação fiduciária de bens móveis.....	1055
1.5.15 Alienação fiduciária de veículos.....	1058

1.5.16 Documentos de procedência estrangeira.....	1059
1.5.17 Quitações, recibos e contratos de compra e venda e penhor de automóveis.....	1061
1.5.18 Atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior .....	1062
1.5.19 Instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento.....	1063
1.5.20 Condições judiciais ou administrativas.....	1063
1.5.21 Registro na ata de assembleia-geral que delibera sobre a destituição de incorporador .....	1064
1.5.22 Valor probatório das certidões emitidas pelo RTD.....	1064
1.5.23 Atribuição residual.....	1064
<b>1.6 COMPETÊNCIA .....</b>	<b>1065</b>
<b>1.7 LIVROS.....</b>	<b>1067</b>
1.7.1 Livro A - protocolo .....	1067
1.7.2 Livro B - transcrição integral.....	1068
1.7.3 Livro C - inscrição por extrato.....	1071
1.7.4 Livro D - indicador pessoal (dos registros feitos nos Livros B e C) .....	1073
1.7.5 Livro E - indicador real.....	1074
1.7.6 Livro F - registro integral (para fins de guarda e conservação).....	1075
1.7.7 Livro G indicador pessoal (dos registros feitos no Livro F).....	1075
<b>2. PROCEDIMENTO REGISTRAL .....</b>	<b>1076</b>
<b>2.1 APRESENTAÇÃO E PROTOCOLIZAÇÃO.....</b>	<b>1076</b>
<b>2.2 QUALIFICAÇÃO REGISTRAL.....</b>	<b>1076</b>
2.2.1 Disposições gerais .....	1076
2.2.2 Nota devolutiva .....	1076
2.2.3 Dúvida registral.....	1077
2.2.4 Suspeita de falsidade.....	1077
2.2.5 Qualificação positiva .....	1078
<b>2.3 CONSERVAÇÃO NO RTD .....</b>	<b>1080</b>
2.3.1 Registro facultativo.....	1080
2.3.2 Competência registral.....	1081
2.3.3 Natureza dos títulos passíveis de registro para fins conservação.....	1082
2.3.4 Registro facultativo e sigilo .....	1084
<b>2.4 NOTIFICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS.....</b>	<b>1086</b>
2.4.1 Conceito .....	1086
2.4.2 Finalidade.....	1088
2.4.3 Requisitos essenciais .....	1089
2.4.4 Características.....	1091
2.4.5 Prazos .....	1098
2.4.6 Horário para cumprimento das diligências.....	1098

2.4.7	Cumprimento da notificação .....	1099
2.4.8	Notificação por hora certa .....	1100
2.4.9	Notificação por ata notarial .....	1100
<b>2.5</b>	<b>CANCELAMENTO NO RTD .....</b>	<b>1102</b>
<b>2.6</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>1104</b>
<b>2.7</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1110</b>
<b>2.8</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1120</b>

## **CAPÍTULO VII – REGISTRO DE IMÓVEIS**

<b>1. DA ESCRITURAÇÃO .....</b>	<b>1123</b>
<b>1.1 CONCEITO .....</b>	<b>1123</b>
<b>1.2 NATUREZA JURÍDICA.....</b>	<b>1125</b>
<b>1.3 EFEITOS .....</b>	<b>1125</b>
<b>1.4 LIVROS OBRIGATÓRIOS .....</b>	<b>1126</b>
1.4.1 Aspectos gerais.....	1126
1.4.2 Aspectos formais .....	1128
1.4.3 Livro de Recepção de Títulos .....	1130
1.4.4 Livro 1 .....	1132
1.4.5 Livro 2 .....	1134
1.4.6 Livro 3 .....	1137
1.4.7 Livro 4 .....	1141
1.4.8 Livro 5 .....	1142
1.4.9 Livro de aquisição de imóvel rural por estrangeiro .....	1143
<b>1.5 CLASSIFICADORES.....</b>	<b>1145</b>
1.5.1 Conceito.....	1145
1.5.2 Espécies .....	1146
<b>1.6 FORMA DA PRÁTICA DOS ATOS REGISTRAIS.....</b>	<b>1149</b>
1.6.1 Introdução .....	1149
1.6.2 Sistema de inscrição.....	1149
1.6.3 Sistema de transcrição .....	1151
1.6.4 Forma narrativa .....	1152
1.6.5 Forma estruturada.....	1152
1.6.6 Fólio pessoal.....	1153
1.6.7 Fólio real .....	1154
1.6.8 Sistema eletrônico.....	1156
1.6.9 Tokenização Imobiliária.....	1161
1.6.10 Registro de Imóveis Durante a Pandemia .....	1164
<b>1.7 TÍTULOS HÁBEIS.....</b>	<b>1165</b>

1.7.1	Morfologia do título .....	1165
1.7.2	Escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros .....	1167
1.7.3	Atas Notariais .....	1172
1.7.4	Escritos particulares autorizados em lei .....	1173
1.7.5	Atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público e sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação do STJ .....	1175
1.7.6	Títulos judiciais .....	1176
1.7.7	Contratos e termos administrativos.....	1178
1.7.8	Contratos e termos administrativos do Decreto nº 3.365/1941 .....	1180
1.7.9	Títulos arbitrais.....	1181
<b>1.8</b>	<b>EXTRATOS ELETRÔNICOS.....</b>	<b>1183</b>
<b>1.9</b>	<b>FORMA DO REGISTRO .....</b>	<b>1185</b>
1.9.1	Cópia simples e cópia autenticada .....	1185
1.9.2	Certidão do RTD .....	1186
<b>1.10</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>1186</b>
<b>1.11</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1193</b>
<b>2.</b>	<b>MATRÍCULA .....</b>	<b>1198</b>
<b>2.1</b>	<b>ORIGEM HISTÓRICA.....</b>	<b>1198</b>
<b>2.2</b>	<b>CONCEITO .....</b>	<b>1199</b>
<b>2.3</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA.....</b>	<b>1200</b>
<b>2.4</b>	<b>ABERTURA DE MATRÍCULA.....</b>	<b>1201</b>
2.4.1	Abertura de matrícula em caso de aquisição originária .....	1208
2.4.2	Abertura de matrícula de imóvel urbano público .....	1210
<b>2.5</b>	<b>REQUISITOS DA MATRÍCULA (ART. 176, § 1º, II, LRP) .....</b>	<b>1214</b>
2.5.1	Introdução .....	1214
2.5.2	Número de ordem .....	1216
2.5.3	Data em que foi aberta a matrícula .....	1216
2.5.4	Identificação do imóvel ou especialização objetiva .....	1216
2.5.5	Especialidade subjetiva.....	1219
2.5.6	Número do registro anterior .....	1222
2.5.7	Código Nacional de Matrícula (CNM).....	1224
2.5.8	Número de cadastros fiscais e ambientais.....	1224
2.5.9	Averbações de Saneamento como condição para atos registrais .....	1225
<b>2.6</b>	<b>ESCRITURAÇÃO .....</b>	<b>1226</b>
<b>2.7</b>	<b>MATRÍCULA DE FRAÇÃO IDEAL .....</b>	<b>1228</b>
2.7.1	Eficácia .....	1228
2.7.2	Recomposição .....	1230

<b>2.8</b>	<b>DUPLICIDADE DE MATRÍCULA.....</b>	<b>1231</b>
<b>2.9</b>	<b>SOBREPOSIÇÃO .....</b>	<b>1235</b>
<b>2.10</b>	<b>IRREGULARIDADE NA ORDEM DAS MATRÍCULAS.....</b>	<b>1237</b>
<b>2.11</b>	<b>REGULARIZAÇÃO REMISSIVA NA CADEIRA FILIATÓRIA .....</b>	<b>1239</b>
<b>2.12</b>	<b>RESTAURAÇÃO E SUPRIMENTO DE MATRÍCULAS.....</b>	<b>1239</b>
<b>2.13</b>	<b>FUSÃO.....</b>	<b>1243</b>
<b>2.14</b>	<b>IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE E FUSÃO DE MATRÍCULA.....</b>	<b>1246</b>
<b>2.15</b>	<b>CANCELAMENTO .....</b>	<b>1247</b>
<b>2.16</b>	<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>1248</b>
<b>2.17</b>	<b>ESGOTAMENTO DE DISPONIBILIDADE .....</b>	<b>1250</b>
<b>2.18</b>	<b>PROCEDIMENTO DE AUTOTUTELA REGISTRAL.....</b>	<b>1251</b>
<b>2.19</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>1253</b>
<b>2.20</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1258</b>
<b>3.</b>	<b>DOS ATOS DO OFICIAL DO RI .....</b>	<b>1263</b>
<b>3.1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1263</b>
<b>3.2</b>	<b>REGISTRO.....</b>	<b>1264</b>
3.2.1	Conceito.....	1264
2.8.1	Espécies de atos registrais .....	1265
2.8.2	Taxatividade do rol dos registros (inc. I do art. 167 da Lei nº 6.015/1973)..	1268
2.8.3	Possibilidade de o ato produzir efeitos mistos (novação) .....	1272
2.8.4	Atos irregistráveis.....	1274
<b>3.3</b>	<b>AVERBAÇÃO .....</b>	<b>1276</b>
3.3.1	Noções gerais .....	1276
3.3.2	Rol exemplificativo .....	1279
3.3.3	Espécies .....	1282
<b>3.4</b>	<b>RETIFICAÇÃO .....</b>	<b>1284</b>
3.4.1	Visão geral .....	1284
3.4.2	Intramuros .....	1286
3.4.3	Espécies .....	1287
3.4.4	Retificação administrativa.....	1289
3.4.5	Retificação judicial.....	1308
<b>3.5</b>	<b>CANCELAMENTO.....</b>	<b>1310</b>
3.5.1	Conceito.....	1310
3.5.2	Características .....	1312
3.5.3	Espécies .....	1313

3.5.4	Registro de título após seu cancelamento .....	1317
3.5.5	Repristinação do cancelamento .....	1318
3.5.6	Cancelamento por incompetência territorial .....	1318
<b>3.6</b>	<b>ATOS DE CONTROLE (PROVIMENTO CNJ Nº 88/2019 INCORPORADO PELO PROVIMENTO Nº 149/2023) .....</b>	<b>1319</b>
3.6.1	Introdução .....	1319
3.6.2	Política de Prevenção .....	1320
3.6.3	Dever da análise .....	1322
3.6.4	Comunicações à UIF .....	1323
3.6.5	Cadastros e registros .....	1326
<b>3.7</b>	<b>EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES .....</b>	<b>1327</b>
3.7.1	Noções gerais .....	1327
3.7.2	Forma .....	1330
3.7.3	Espécies .....	1331
3.7.4	Aditamento de certidão .....	1334
3.7.5	Data em que o imóvel passou a pertencer à circunscrição .....	1335
3.7.6	Livros parcialmente ilegíveis .....	1337
3.7.7	Certidão digital .....	1337
<b>3.8</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>1338</b>
<b>3.9</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1344</b>
<b>4.</b>	<b>PROCEDIMENTO .....</b>	<b>1358</b>
<b>4.1</b>	<b>COMPETÊNCIA REGISTRAL .....</b>	<b>1358</b>
<b>4.2</b>	<b>PRENOTAÇÃO DO TÍTULO .....</b>	<b>1360</b>
4.2.1	Considerações iniciais .....	1360
4.2.2	Efeitos da prenotação .....	1363
4.2.3	Prazo de validade da prenotação .....	1368
4.2.4	Contagem de prazo .....	1369
4.2.5	Encerramento da prenotação .....	1371
<b>4.3</b>	<b>QUALIFICAÇÃO REGISTRAL .....</b>	<b>1371</b>
4.3.1	Conceito .....	1371
4.3.2	Tempo .....	1372
4.3.3	Juízo qualificador positivo .....	1374
4.3.4	Juízo qualificador negativo .....	1375
<b>4.4</b>	<b>SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA .....</b>	<b>1376</b>
4.4.1	Noções gerais .....	1376
4.4.2	Conceito .....	1377
4.4.3	Natureza jurídica .....	1378
4.4.4	Legitimidade para requerer .....	1380
4.4.5	Objeto .....	1382

4.4.6	Procedimento.....	1384
4.4.7	Competência para julgamento.....	1400
4.4.8	Tutela antecipada.....	1401
4.4.9	Custas.....	1401
4.4.10	Dúvida inversa.....	1402
4.4.11	Averbação: pedido de providências.....	1404
4.4.12	Procedimentos especiais registrai.....	1405
<b>4.5</b>	<b>OUTROS INCIDENTES REGISTRAIS.....</b>	<b>1406</b>
4.5.1	Bloqueio de matrícula.....	1406
4.5.2	Bloqueio na indisponibilidade.....	1411
4.5.3	Invalidez do registro.....	1412
<b>4.6</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>1419</b>
<b>4.7</b>	<b>QUADRO SINÓTICO.....</b>	<b>1424</b>
<b>4.8</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1432</b>

## **CAPÍTULO VIII – TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS**

<b>1.</b>	<b>DIREITO MARÍTIMO.....</b>	<b>1438</b>
1.1	CONCEITO.....	1438
1.2	NATUREZA JURÍDICA.....	1438
1.3	NOMENCLATURA ESSENCIAL.....	1438
1.3.1	Embarcação.....	1438
1.3.2	Nome da Embarcação.....	1440
1.3.3	Nacionalidade da Embarcação.....	1441
1.3.4	Bandeira de Conveniência.....	1442
1.3.5	Arqueação Bruta (ab).....	1443
1.4	QUESTÕES.....	1443
1.5	QUADRO SINÓTICO.....	1444
<b>2.</b>	<b>NOTAS E REGISTRO MARÍTIMO.....</b>	<b>1446</b>
2.1	HISTÓRICO LEGISLATIVO.....	1446
2.2	TRIBUNAL MARÍTIMO.....	1451
2.2.1	Competência.....	1451
2.2.2	Obrigatoriedade do Registro no Tribunal Marítimo.....	1451
2.2.3	Tipos de Registro.....	1453
2.3	LIVROS.....	1455

2.3.1	Do Livro de Protocolo .....	1455
2.3.2	Do Livro de Registro Geral.....	1456
2.3.3	Do Livro de Registro Auxiliar .....	1456
<b>2.4</b>	<b>PROCEDIMENTO.....</b>	<b>1456</b>
2.4.1	Prenotação.....	1456
2.4.2	Qualificação registral .....	1457
2.4.3	Registro da “Propriedade Marítima” e de Contratos Marítimos .....	1457
2.4.4	Emissão da Certidão .....	1458
<b>2.5</b>	<b>PROCEDIMENTO REGISTRAL NO TRIBUNAL MARÍTIMO.....</b>	<b>1458</b>
2.5.1	Seção de Exame e Instrução .....	1458
2.5.2	Seção de Cadastro.....	1459
<b>2.6</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>1459</b>
<b>2.7</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1461</b>
<b>3.</b>	<b>ENTES DO DIREITO MARÍTIMO .....</b>	<b>1464</b>
<b>3.1</b>	<b>CAPITANIA DOS PORTOS.....</b>	<b>1464</b>
<b>3.2</b>	<b>TRIBUNAL MARÍTIMO.....</b>	<b>1465</b>
3.2.1	Breve Histórico Legislativo .....	1465
3.2.2	Natureza jurídica, atribuições e composição.....	1467
3.2.3	Procuradoria Especial da Marinha.....	1469
<b>3.3</b>	<b>REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO (REB) .....</b>	<b>1470</b>
3.3.1	Introdução .....	1470
3.3.2	Conceito .....	1471
3.3.3	Pré-registro .....	1473
<b>3.4</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>1474</b>
<b>3.5</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1477</b>
<b>3.6</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1478</b>

## **CAPÍTULO IX – OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO E CENTRAIS ELETRÔNICAS**

<b>1.</b>	<b>OFÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>1481</b>
1.1	CONCEITO.....	1481
1.2	NATUREZA JURÍDICA.....	1481
1.3	ATRIBUIÇÕES .....	1481
1.4	OFÍCIOS DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DO RIO DE JANEIRO .....	1482

1.4.1	Registro de Distribuição de Feitos Ajuizados .....	1482
1.4.2	Registro de Distribuição de Escrituras, Títulos e outros Documentos .....	1486
<b>1.5</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>1489</b>
<b>1.6</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1491</b>
<b>2.</b>	<b>CENTRAIS ELETRÔNICAS .....</b>	<b>1492</b>
<b>2.1</b>	<b>CENPROT - CENTRAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS DOS TABELIÃES DE PROTESTO DO ESTADO DE SÃO PAULO .....</b>	<b>1492</b>
<b>2.2</b>	<b>CENTRAL NOTARIAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS - CENSEC .....</b>	<b>1495</b>
<b>2.3</b>	<b>REGISTRO CENTRAL DE TESTAMENTOS ON-LINE - RCTO.....</b>	<b>1497</b>
<b>2.4</b>	<b>CENTRAL DE ESCRITURAS DE SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS E INVENTÁRIOS - CESDI .....</b>	<b>1498</b>
<b>2.5</b>	<b>CENTRAL DE ESCRITURAS E PROCURAÇÕES - CEP .....</b>	<b>1498</b>
<b>2.6</b>	<b>CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE - CNIB.....</b>	<b>1500</b>
2.6.1	Breves Considerações.....	1500
2.6.2	Finalidade .....	1500
2.6.3	Operabilidade.....	1501
2.6.4	Efeitos.....	1502
2.6.5	Procedimento registral .....	1503
2.6.6	Penhora de Imóvel indisponível .....	1505
<b>2.7</b>	<b>SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE IMÓVEIS (SREI).....</b>	<b>1505</b>
2.7.1	Breve histórico .....	1506
2.7.2	Registro Eletrônico.....	1508
2.7.3	Requisitos .....	1509
2.7.4	Integrantes e módulos operacionais.....	1509
2.7.5	Módulo de Certidão de Dívida Ativa.....	1511
2.7.6	ONR.....	1512
2.7.7	Repositórios eletrônicos .....	1517
2.7.8	Prestação de Serviços Eletrônicos pelos Registros de Imóveis.....	1518
2.7.9	Código Nacional de Matrícula (CNM) .....	1520
2.7.10	Do Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado (SAEC).....	1522
2.7.11	Centrais de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Estados e do Distrito Federal 1524	
2.7.12	Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) .....	1525
2.7.13	Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI).....	1527
<b>2.8</b>	<b>SISTEMA ELETRÔNICO DOS REGISTROS PÚBLICOS - SERP .....</b>	<b>1531</b>
<b>2.9</b>	<b>QUESTÕES.....</b>	<b>1533</b>
<b>2.10</b>	<b>QUADRO SINÓTICO .....</b>	<b>1536</b>